



MEC/INEP/CIBEC

FEDERATIVA DO BRASIL
DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

*Do Repen Santos
de Ensino Fundamental*
2004

**PROGRAMA "INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM O
ENSINO DE 1º GRAU"**

Taller Internacional "Regionalización del Currículum"

Caracas/Venezuela - 18 a 22 de maio de 1987.

Trabalho apresentado pela Professora Maria Nêbia Gadêlha
dos Santos - Coordenadora do Programa.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

1) INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política brasileira passa por um processo de resgate e consolidação da democracia, no sentido de minimizar as desigualdades sociais e de estender os direitos fundamentais a todo o povo brasileiro.

Neste contexto se insere a questão educacional que tem como referencial a democratização do acesso ao saber e à cultura, como condição para o exercício pleno da cidadania.

Para o alcance desses objetivos, parte-se de uma visão crítica e realista do sistema educacional, que tem como função primordial o papel de transformação social, com o propósito de levar o indivíduo a um posicionamento crítico perante a sociedade.

Essa nova proposta de "reformulação do saber" requer mudanças e mobilização de forças, compromissos e responsabilidades, nos três níveis de ensino (1º, 2º e 3º graus).

Em resposta a esse novo posicionamento educacional é que o Programa "Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau" assume um compromisso social, no sentido de que as camadas dos diferentes níveis de ensino se apropriem, democraticamente, do saber,

Assim, o Programa se constitui em um verdadeiro laboratório de oportunidades de encontro ou de confronto, entre as diversas práticas e orientações teóricas do ensino brasileiro, em todos os seus níveis.

Vinculado oficialmente à Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação, ele se propõe alguns desafios:

- Como possibilitar uma convivência democrática entre Instituições de Ensino Superior e os Sistemas Estadual, Municipal e Particular de Ensino de 1º e de 2º graus, para que juntos possam refletir sobre uma prática educacional voltada para mudança?
- Como fazer do ensino de graduação uma resposta autêntica as necessidades da sociedade brasileira?

Bauty.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- Como valorizar as figuras do professor e do aluno como sujeitos de sua própria história?
- Como praticar e manter decisões educacionais decorrentes dos resultados de uma convivência democrática de diálogo e discussão, em busca de soluções para os problemas educacionais brasileiros?
- Como lutar pela igualdade de oportunidades educacionais?
- Como trabalhar para que a educação esteja a serviço da comunidade, produzindo conhecimento para um futuro mais humano da sociedade?

Situado neste contexto, o Programa pressupõe uma Universidade nova, acrescida do seu compromisso com o social, exercendo o seu espaço de competência técnica, lutando pela igualdade de oportunidades, sem perder de vista a riqueza das diversidades culturais e agindo, criticamente, no auxílio ao desenvolvimento da consciência social do povo brasileiro.

Voltado para a construção da realidade educacional, a partir de soluções adequadas aos seus problemas, é um desafio àqueles que possuem posições conformistas.

A caminhada desse Programa tem possibilitado a todos que dele participam a vivência do que fala Dr. Celso Beisiegel em seu livro intitulado *Ensino Público e Educação Popular*: "Acredito que um dos caminhos esteja exatamente na articulação entre as expectativas da população e as expectativas dos já mencionados grupos portadores das orientações teóricas" (...) "enquanto as questões teóricas não forem incorporadas na prática, pela população, seu potencial transformador será bastante discutido, independentemente do valor de verdade que tenham para os grupos que as defendem".

2) DIRETRIZES BÁSICAS

Considerando que a INTEGRAÇÃO é um esforço constante (não ocasional) de aproximação e de estreitamento de vínculos en

tre as IES e as instituições diretamente responsáveis pelo ensino de 1º e 2º graus, em prol da descoberta e do teste de alternativa de solução para os problemas do ensino, o Programa fundamenta-se em dois princípios básicos: a necessidades de inserção da Instituição de Ensino Superior na problemática de seu meio e o aperfeiçoamento das bases do Sistema Educacional, que se constituem na forma mais natural, justa e adequada de extensão do 3º grau para além de suas fronteiras.

Nesse sentido, compete às Instituições de Ensino Superior, envolvidas na implementação de projetos, a articulação entre:

- os níveis de atividades-meio e de atividades-fim, no sentido vertical e horizontal, internos as IES;
- as disciplinas, cursos, departamentos, centros, pró-reitorias, numa ação conjunta e coordenada de ensino, pesquisa e extensão;
- a IES e o ensino de 1º e 2º graus, em seus diversos sistemas formais e informais, urbanos e rurais.

Essa articulação deve proporcionar:

- o aproveitamento da iniciativa e da criatividade da comunidade;
- a motivação para os elementos participantes;
- o incentivo aos professores de 1º e 2º graus envolvidos nos projetos;
- o aumento significativo de elaboração, de intercâmbio e de transferência de metodologias educacionais apropriadas à realidade do ensino de 1º e 2º graus;
- uma prática universitária que não apenas ensine, mas também aprenda com a comunidade;

a concretização de projetos de educação e não apenas de instrução.

3) OBJETIVOS E LINHAS DE AÇÃO

Com base nos desafios que se propõem, são os seguintes os OBJETIVOS do Programa:

- colaborar com a melhoria do ensino de 1º grau;
- propiciar o exercício pela IES de sua função dentro de uma Política Nacional de Educação, nas três instâncias que compõem o labor universitário: ensino, pesquisa e extensão;
- desenvolver a necessária articulação da IES com outros níveis de ensino, estabelecendo um fluxo vital para o sistema como um todo;
- promover, com base em resultados oriundos de projetos e pesquisas apoiados pelo Programa *"Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau"*, amplo debate sobre problemas fundamentais que afetam o ensino de 1º, 2º e 3º graus;
- incentivar o interesse da IES por outras questões sociais que afetam a problemática da educação básica (saúde, nutrição, lazer etc.).

Em consonância com o conceito de integração e com os objetivos do Programa, os projetos devem ser planejados em conjunto pelas IES e órgãos locais de ensino de 1º e 2º graus, em todas as suas fases: da concepção ao desenvolvimento global, incluindo avaliação, de acordo com as seguintes LINHAS DE AÇÃO:

1. Treinamento

Situam-se aqui ações voltadas à melhoria da prática docente, com vista ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendiza-

gem no 1º grau, que atendam a necessidades locais e assegurem resultados concretos, sob a forma de:

- Treinamento em planejamento educacional em suas várias esferas: escola, sistema de ensino, municípios, objetivando a implementação de:
 - alternativas educacionais para as populações na faixa de escolaridade obrigatória, porém não atendidas pelo sistema de ensino regular de 1º grau;
 - alternativas educacionais para a zona rural, contemplando as necessidades sócio-econômicas e culturais desse meio,
- Atualização de professores em conteúdos, metodologia e/ou desenvolvimento curricular, inclusive para classes multis-seriadas.
- Treinamento de professores visando à produção, utilização e intercâmbio de materiais instrucionais.
- Treinamento em educação física objetivando:
 - o domínio de conhecimento a respeito de estágios do desenvolvimento corporal e práticas adequadas;
 - o domínio de valores de socialização através dos jogos e brinquedos da cultura local.

2. Pesquisa

Nesta linha de ação, situam-se estudos voltados à solução de problemas pertinentes ao 1º grau como um todo:

- a alfabetização, incluindo desenvolvimento de habilidades motoras e de prontidão para a alfabetização; seu desdobramento em processo contínuo de aquisição da linguagem oral e escrita;
- a numerização, visando alcançar o nível de compreensão lógica e solução de problemas reais;

a adequação de programas de 1º grau (conteúdos e metodologias) ao nível mental, às motivações psicológicas, ao tempo de prática escolar e à realidade da vida da criança;

a incorporação da realidade do jogo e do brinquedo no processo de educação-alfabetização;

a formação dos professores de 1º a 4º série e a eficácia de sua prática, em função de uma concepção adequada para o ensino nessa fase.

3. Ações Sócio-culturais

Situam-se aqui ações que reforçam o currículo de 1º grau nos seguintes aspectos:

- desenvolvimento de ações que valorizem as artes e preservem aspectos da cultura local;
- desenvolvimento comunitário em áreas diretamente ligadas a problemas que afetam a Educação Básica (saúde, nutrição, saneamento, lazer).

4) AVALIAÇÃO

Nesse processo, estão envolvidas tanto as pessoas responsáveis pela execução, como aquelas que, enquanto alvo da avaliação, devem refletir sobre seus resultados e suas recomendações.

São valorizadas a flexibilidade e a diversificação dos procedimentos de coleta de informações, a partir de questões formuladas e consideradas relevantes no âmbito dos projetos. Só assim se compreende a avaliação como um processo pelo qual a sociedade aprende sobre si mesma,

A avaliação proposta pelo Programa é desenvolvida em três níveis, necessariamente, articulados:

- 1 - do Programa, que implica o acompanhamento, por parte da Coordenação Central no Ministério da Educação, do desenvolvimento dos vários projetos em âmbito nacional;
- 2 - da Instituição de Ensino Superior como um todo, que examina o grau de concretização de seu compromisso de integrar-se com o ensino de 1º e 2º graus;
- 3 - da Coordenação Local (a nível das IES, das SECs e das Comunidades) realizada através dos responsáveis pelos projetos, de forma que fiquem registrados os juízos emitidos por todos os segmentos envolvidos.

A Coordenação Central cabe, ao pôr em prática a sistemática de avaliação: 1) fazer uma caracterização global do Programa em termos de integração universidade-ensino de 1º grau e de 2º grau; 2) estabelecer contatos com os coordenadores de projetos, visando a assegurar as estratégias para um fluxo permanente de comunicação entre as instituições responsáveis e os projetos entre si e, sobretudo, entre a Universidade, as Secretarias Estaduais e/ou Municipais, incluindo a comunidade; 3) estimular a auto-avaliação das pessoas envolvidas no trabalho, A auto-avaliação facilita o desenvolvimento das atividades inerentes aos projetos, na busca de uma integração cada vez mais sólida, mutuamente benéfica à universidade e ao ensino de 1º e 2º graus e o alcance de melhores resultados na formação do profissional da educação e do aluno de 1º e 2º graus.

5) ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA.

Os projetos refletem a preocupação com os currículos do 1º grau (educação básica), da Habilitação Magistério do 1º Grau e, conseqüentemente, com o universo das licenciaturas, a nível de 3º grau.

Em 1986, sessenta e quatro (64) projetos oriundos de 33 universidades brasileiras abriram mais perspectivas de relação e de integração entre o 3º , 2º e 1º graus.

Com referência à participação do ensino de 1º e 2º graus, os dados quantitativos do Programa mostram que 7.340 professores, 967 técnicos e especialistas e 108.309 alunos participaram dos 64 projetos, sendo, portanto, beneficiados pelas ações do Programa.

Quanto à atuação da universidade, os projetos e os dados constataam a participação de 378 professores das diversas licenciaturas e 1.272 estagiários (alunos do 3º grau) que, juntamente com professores e alunos de 1º e 2º graus, desenvolveram , em 1.288 escolas do Sistema Estadual e Municipal de Ensino de 135 municípios brasileiros, ações de integração a partir da necessidade concreta do professor e do aluno de 1º e 2º graus.

As áreas temáticas priorizadas foram: Alfabetização, Português, Ciências, Matemática, Artes, Geografia, Historia, Estudos Sociais, Educação Física e Magistério.

6) PRODUTO

A importância da produção do Programa se faz sentir na dinamização das atividades educacionais em sala de aula, contribuindo, decisivamente, para a melhoria do ensino de 1º e 2º graus, num processo de planejamento integrado e no diagnostico das licenciaturas, no que diz respeito às suas deficiências, principalmente, na abordagem dos seus conteúdos e da prática de métodos e técnicas de ensino.

Merecem destaque dois produtos que resultaram do processo de troca entre a universidade e a escola: "BRINQUEDOS POPULARES NAS ESCOLAS" e "CONFECÇÃO DE MATERIAIS INSTRUCIONAIS". Tais projetos comprovam que o processo de integração esta sendo, pouco a pouco, instaurado.

O Projeto "BRINQUEDOS POPULARES NAS ESCOLAS".oriundo da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte, situada

no Nordeste brasileiro e mantida pelo Governo Municipal de Mossoró-RN, desenvolveu, durante 3 anos, ações político-pedagógicas, a partir dos interesses da comunidade, preservando espaços para as peculiaridades locais e regionais; resgatando a importância das camadas sociais populares e da cultura, como elemento fundamental no processo de elaboração do saber, adotando a participação do aluno e da família, no processo de planejamento e avaliação das atividades educativas. Os seus resultados influenciaram na minimização do índice de evasão e de repetência, na elevação do nível de aprendizagem, por parte dos alunos, na maior participação dos pais na Escola e no efetivo compromisso e envolvimento do professor na sua prática pedagógica.

Foram fabricados pelos alunos e artesãos mais de mil (1.000) brinquedos populares da região, variando entre bonecas de pano, bolas de meia, pipas ou papagaios, mobílias de madeira, instrumentos musicais, carros de lata e de madeira, petecas e fantoches.

Partindo do pressuposto de que o fato folclórico é veículo motivador do ensino, pois reflete, exatamente, as formas de vida dos alunos no seu ambiente familiar, o ensino da Língua Portuguesa vem sendo dinamizado, com grande estímulo nas Escolas de Mossoró, a partir dos brinquedos e das brincadeiras populares.

Dessa experiência, foi elaborado um livro-texto para a 2ª. série do 1º grau, fruto dos trabalhos produzidos pelos alunos, sobre os referidos brinquedos.

De caráter interdisciplinar, dinâmico e democrático, o projeto valoriza a arte e a cultura regional, redimensionando o currículo do 1º grau, visando a uma prática educativa de acordo com as exigências concretas das situações de ensino e a sua contextualidade política, histórica e social, contribuindo, assim, para a formação de uma sociedade mais crítica e consciente da realidade nacional.

Nas metas desse projeto, para 1987, está prevista a elaboração do conteúdo programático para a 1ª série, integrado a Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Educação Física, a partir dos brinquedos populares a serem construídos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O Projeto "CONFECÇÃO PE MATERIAIS INSTRUCIONAIS" é proveniente da Universidade Federal do Mato Grosso, localizada em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, na Região Centro-Oeste, única instituição de Ensino Superior do Estado,

Implementado no período de 1982 a 1986, juntamente com o Sistema Estadual de Educação, volta-se para o ensino de Português, do currículo de 1º grau.

O seu desenvolvimento foi ocasionado pelas seguintes razões :

- a presença de correntes migratórias das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, em busca de terra para cultivar no Norte do Estado e para ocupar altos cargos na indústria no comércio e no serviço público;
- a imposição, pelas correntes migratórias do seu dialeto, em detrimento dos traços lingüísticos decorrentes das culturas do povo cuiabano;
- a necessidade de intercâmbio cultural, através da linguagem escrita e oral;
- a análise de livros didáticos, cujos conteúdos não se direcionam a solução dos problemas identificados e, conseqüentemente, não permitem o entendimento entre os elementos de uma população tão diversificada.

Voltado para as necessidades de uma realidade local, o Projeto já produziu material instrucional para as 5^{as}, 6^{as}, 7^{as} e 8^{as} séries do 1º grau, enfatizando a aquisição da linguagem oral/escrita e a sua adequação ao uso da norma culta, a partir de temas sobre política, economia, esporte, educação, culinária e outros.

Esse material didático, já transformado em livros, está sendo adotado em várias escolas do interior e da capital do Estado.

Para 1987, foi aprovado o Projeto de Avaliação Global da Experiência, com a finalidade de introduzir modificações no currículo da Licenciatura de Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso e estender a experiência a todas as séries do 1º grau.

Vale aqui ressaltar que, na legislação educacional brasileira, cabe ao Conselho Federal de Educação fixar, para cada grau de ensino (1º e 2º), as matérias do núcleo comum, de âmbito nacional, definindo-lhes os objetivos e a amplitude e, aos Conselhos Estaduais de Educação relacionar, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias entre as quais poderá cada estabelecimento de ensino escolher as que devam constituir a parte diversificada do currículo, atendendo as necessidades locais e regionais.

As experiências aqui apresentadas estão dentro do espírito da legislação vigente, podendo ser ampliadas, quando os Conselhos Estaduais de Educação autorizarem experiências pedagógicas com regimes diversos dos prescritos na lei, assegurando-lhes a validade dos estudos assim realizados.

No tocante ao ensino superior, o Conselho Federal de Educação fixa o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e, de outros necessários ao desenvolvimento nacional, ficando a critério de cada Universidade a complementação das disciplinas que compõem o curso.

Convém ressaltar que, sob a ótica de uma política educacional, se propõe uma escola básica unitária, de caráter nacional. Essa escola será democrática na medida em que assegurar a todos uma base comum de conhecimentos e habilidades, independente da classe e da região a que pertença o alunado.

Na ação educativa, o individual e o regional serão pontos de partida para a aquisição de dimensões intelectuais e culturais mais amplas, destacando-se o particular e o local, ao mesmo tempo que a escola unitária deve fornecer conteúdos mínimos únicos e universais, levando em conta as condições concretas da população. Dessa forma, o desafio fundamental do processo educativo é dar a todos os indivíduos um completo domínio dos instrumentos da aprendizagem.

Vale explicitar que escola unitária não significa escola padrão ou única, mas uma educação que, respeitando e incluindo as diversidades culturais e sociais de sua clientela, não permita que o regionalismo ponha em risco o núcleo comum de conhecimentos e

habilidades que são necessários à unidade cultural da Nação e à socialização do saber.

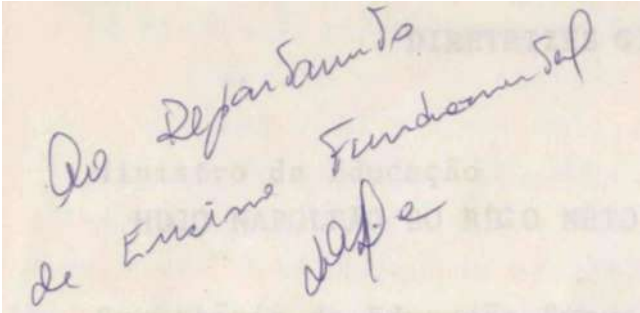
Com desafios tão relevantes e objetivos tão claros, espera-se que o Programa "Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau", em processo de implementação de norte a sul do Brasil, represente, através de ações concretas, o resgate da importância da Universidade e do seu compromisso, permanente e inalienável com a formação de recursos humanos para a educação.

BIBLIOGRAFIA

- 1) - BRASIL/MEC/SESu - Diretrizes Gerais do Programa "Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau" - Brasília, outubro, 1986.
- 2) - BRASIL/MEC/SESu - Síntese Avaliativa e Reorientações
Sumário dos debates da Comissão responsável pelo redimensionamento do Programa "Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau" - Brasília, novembro, 1985.
- 3) - BRASIL/MEC/SESu/FNDE - Reflexões sobre o Programa "Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau", Brasília, agosto, 1984.
- 4) - BRASIL/MEC/SEPS - Legislação e Normas do Ensino de 1º e 2º graus, Brasília, 1979.
- 5) - BRASIL/MEC/CFE - Documenta nº 94, Brasília, novembro de 1968.
- 6) - BEISIEGEL, Celso - Ensino Público e Educação Popular, Rio de Janeiro, 1984.
- 7) - FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler - São Paulo, Cortez, 1984.
- 8) - GADOTTI, Moacir - Revisão Crítica do Papel do Pedagogo na Atual Sociedade - Educação e Sociedade, São Paulo, Setembro, 1978. •
- 9) - GADOTTI, Moacir - A Educação contra a Educação - Rio de Janeiro - Paz e Terra, 1981.

- 10) - MELLO, Guiomar Namó e outros, Educação e Transição Democrática, 2ª edição, Cortez: Autores Associados, São Paulo 1983.
- 11) - Projetos "Brinquedos Populares nas Escolas - Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte, 1986.
- 12) - Projeto "Construção de Materiais Instrucionais - Universidade Federal do Mato Grosso, 1986.
- 13) - RIBEIRO, Darcy - A Universidade necessária - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria da Educação Superior
Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Superior
Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Social e Cultural
Setor de Apoio à Educação Básica



PROGRAMA

INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM O ENSINO
DE 1- GRAU

DIRETRIZES GERAIS PARA 1989

PROGRAMA " INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM O ENSINO PE 1º GRAU "

DIRETRIZES GERAIS PARA 1989

Ministro da Educação

HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO

Secretário da Educação Superior

JOSÉ CAMILLO DA SILVEIRA FILHO

Secretário de Ensino de 1º Grau

JOSÉ RAIMUNDO DE ARAÚJO CARVALHO

Secretario de Ensino do 2º Grau

JOÃO FERREIRA AZEVEDO

Subsecretário de Desenvolvimento da Educação Superior

LUIZ OTÁVIO MORAES DE SOUZA CARMO

Coordenador de Apoio ao Desenvolvimento Social e Cultural

QUINTINO CORRÊA DE OLIVEIRA

Coordenadora do Setor de Apoio à Educação Básica

MARIA NÉBIA GADELHA DOS SANTOS

Endereço para Correspondência e Comunicação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SESu/SDE/AEB

Esplanada dos Ministérios , Bloco "L"-ANEXO II-Sala 222

70.047-BRASÍLIA-DF

TEL: 223-7005 e 214-8714

I- DIRETRIZES BASICAS

O Programa "Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau", fundamenta-se em três princípios básicos: a necessidade de inserção da Instituição de Ensino Superior na problemática de seu meio; b) o compromisso da Instituição de Ensino Superior com a formação do educador e, c) a necessidade de aperfeiçoamento das bases do Sistema Educacional, como a forma mais natural, justa e adequada de extensão do ensino de 3º Grau para fora de suas fronteiras.

Coordenado pela Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Superior, este Programa conta com a participação da Secretaria de Ensino de 1º Grau (SEB), Secretaria de Ensino de 2º Grau (SESG) e apoio financeiro da Secretaria da Educação Superior (SESu) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Considerando que a Integração é um esforço constante (não ocasional) de aproximação e de estreitamento de vínculos entre as IES e as instituições diretamente responsáveis pelo ensino de 1º grau e de 2º grau (Magistério), visando a descoberta e o teste de alternativas de solução para os problemas de ensino, e considerando, ainda, a história e a própria natureza do Programa Integração da Universidade com o Ensino de 1º grau, podem-se apontar interligados e inter-dependentes, os seguintes PRINCÍPIOS norteadores:

1. Pela democratização do saber, não pela facilitação conteudística ou por procedimentos demagógicos, mas pela qualificação dos professores e alunos e dos indivíduos em geral, através da ampliação de oportunidades para que se tornem sujeitos de sua própria formação:

2. Pelo trabalho co-participativo de educadores e instituições dos três graus de ensino, sem negar as diferenças de formação e experiência e as características específicas de cada um, mas convivendo e se enriquecendo mutuamente com elas.

3. Pela criação de uma Universidade nova, acrescida do seu compromisso com o social, exercendo o seu espaço de competência técnica e lutando pela igualdade de oportunidades, sem perder de vista a riqueza das diversidades culturais e agindo, criticamente, no auxílio ao desenvolvimento da consciência social do povo brasileiro;

4. Pela busca de uma ação transformadora que viabilize, realisticamente, a formação do indivíduo para ele poder vir a construir uma sociedade mais justa e que enfatize o papel do professor como mediador nesse processo.

5. Pela formação do professor, valorizando-se sua função de orientador de condições para a construção de saberes, a partir de sua prática de sala de aula e de sua reflexão sobre essa prática.

6. Pela elaboração de alternativas concretas aos impasses observados nos currículos dos cursos de graduação, especificamente na terminalidade da licenciatura, tendo em vista a importância da atuação de seus egressos no sistema de ensino de 1º e 2º graus;

7. Pelo incentivo à produção e divulgação de idéias e práticas, em que as mudanças de postura (da passiva e repetitiva à atuante e criadora) e a construção de materiais didático-pedagógicos, de textos teóricos e críticos e aqueles referentes à pesquisa no ensino, colaborem para a multiplicação das propostas e dos projetos do Programa.

8. Pela interação pesquisa, ensino e extensão na teoria e na prática, buscando, no aprofundamento teórico, novos subsídios para a prática da sala de aula e, nesta, a realimentação para a(re)formulação de conceitos e procedimentos.

9. Pelo trabalho consequente e continuado em que os projetos se desenvolvam e se reformulem, numa dinâmica que supra necessidades e exigências da escola pública, em especial, permitindo o acompanhamento das atividades de seus participantes e propiciando o retorno indispensável para a avaliação sistemática de cada projeto e do Programa como um todo.

10. Pelo incentivo à inter e multi-disciplinari-
dade, pois que, trabalhando-se com o ensino básico, em especial»
é necessário atentar para a complexa articulação e iluminação re-
cíproca dos mais diversos saberes e linguagens cujos impactos e
desafios atingem a criança no desencadear de seu processo de edu-
cação formal;

11. Pela preservação e difusão da arte, da cultura
e do patrimônio brasileiro, considerando-se a necessidade do for-
talecimento de seus valores.

II- OBJETIVOS

Buscando, então, contribuir efetivamente para o de-
senvolvimento de uma Política Nacional de Educação e respeitando
os princípios aqui explicitados, os seguintes OBJETIVOS emergem:

1. Garantir a implementação, no cronograma de ins-
tituições de ensino, de projetos que visem a modificação perma-
nente da atitude pedagógica do professor.

2. Garantir a inserção, nos projetos educacionais
dos sistemas federais, estaduais e municipais, de 1º, 2º e 3º graus
de ensino, espaços para o estudo e a reflexão sobre a prática pe-
dagógica desenvolvida nas escolas,

3. Apresentar propostas coerentes sob o ponto de vis-
ta teórico, metodológico e de conteúdo.,

4. Sistematizar o trabalho realizado numa produção
que beneficie, o mais amplamente possível, a comunidade em geral
e se integre à comunidade científica.;

5. Assegurar a discussão, a análise crítica e a di-
fusão, no país e no exterior, do material didático e para-didáti-
co produzido;

6. Desenvolver nos programas escolares, pesquisas relacionadas com elementos do contexto artístico, cultural e natural da região e do país, garantindo a divulgação dos resultados dessas pesquisas nas escolas e na comunidade em geral.

III- LINHAS DE AÇÃO

Em consonância com os princípios e objetivos do Programa, os projetos devem ser planejados em conjunto-IES e órgãos locais de ensino de 1º e 2º graus (Magistério) - em todas as suas fases, desde a concepção ao desenvolvimento global, incluindo avaliação. Da mesma forma, deve haver coerência entre as linhas de ação do projeto com as do PROGRAMA.

É indispensável que as propostas se justifiquem, isto é, sejam compatíveis e exequíveis em face das necessidades e das condições reais para o desenvolvimento do projeto, tanto do ponto de vista humano como material. Daí ser necessária fundamentação convincente- de caráter teórico e experimental respaldada na seriedade e eficiência profissionais dos proponentes, enquanto evidencie a participação efetiva de professores e alunos de qualquer grau de ensino.

As LINHAS DE AÇÃO propostas são as seguintes:

1.FORMAÇÃO PERMANENTE

A formação do professor deve ser encarada como um processo em que se integram a prática didática e o estudo, de modo continuado, numa dinâmica de constante reflexão e crítica sobre as bases teóricas, as metodologias e as experiências realizadas, buscando alternativas concretas para os impasses educacionais .

Incluem-se nesta linha de ação projetos voltados para:

- 1.1 - Formação em serviço- reflexão e discussão sobre o cotidiano da sala de aula e criação de alternativas teóricas e práticas compatíveis com a realidade vivenciada, mas sinalizando ações transformadoras. Pressupõe, preferencialmente :
- a) Formação-pesquisa: investigação de processos pedagógicos e procedimentos teóricos-metodológicos, verificação de suas relações e formulação de um conjunto de idéias a respeito do ensino básico e da formação para o magistério do 1º grau.
 - b) Acompanhamento: avaliação, in loco, da compatibilidade entre princípios e procedimentos pedagógicos; orientação para possíveis mudanças de percurso(monitoria em campo).
- 1.2 - Atualização: informação e discussão sobre novas idéias e práticas, através de bibliografia específica de cada área.
- 1.3 - Aperfeiçoamento: análise, em profundidade, de determinado aspecto de uma área específica do conhecimento, através de investigação teórica e trabalhos práticos.
- 1.4 - Treinamento: transmissão e reprodução de práticas que visem ao favorecimento de fixação de conteúdos, técnicas e métodos, Pressupõe, preferencialmente, Treinamento em Serviço que resulta na aplicação supervisionada de recursos técnicos e de matérias instrucionais específicos.

2-PESQUISA

Trabalho sistemático e teoricamente fundamentado, assessorado por especialista no assunto, podendo resultar em criação de novas técnicas, materiais e recursos pedagógicos ou numa proposta de caráter teórico.

incluem-se nesta linha de ação:

- 2.1-Pesquisa em ensino : investigação de condições de formação do professor para o ensino básico (magistério) ; estudo de processos de ensino-aprendizagem em determinada área do conhecimento; exame de situações características de Cursos de Licenciatura; análise de currículos e propostas de reformulação. Pressupõe Pesquisa-Ação, que é o estudo de problema e intervenção efetiva para saná-lo.
- 2.2-Pesquisa de materiais alternativos- levantamento e análise de materiais existentes, proposição e/ou criação de outros, em face de demanda específica ou de caráter experimental.
- 2.3-Pesquisa inter e/ou multidisciplinar- investigação teórico-prática de relações entre várias áreas de conhecimento e de sua contribuição para a melhoria do ensino-aprendizagem ; estudo de processos de influências mútuas entre as mais diversas linguagens (palavra/ som/ imagem).

3-INTEGRAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Incluem-se nesta linha de ação

- 3.1- Integração escola-comunidade: desenvolvimento de ações comunitárias em áreas diretamente ligadas a problemas que afetam a Educação Básica (saúde, nutrição, lazer).
- 3.2- Divulgação científica: elaboração e intercâmbio de material impresso, áudio-visual, sonoro, em vídeo ou filme, de interesse para o 1º grau ou 2º grau (Magistério) e sua divulgação, com o acompanhamento por meio de exposições e debates.
- 3.3- Incentivo à criação artística: reflexão e desenvolvimento de processos criativos, visando à democratização da apreciação e da manifestação estética.

IV-ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS

Para que se viabilize o Programa, assim concebido, é mister que se tenha como parâmetro algumas normas essenciais quanto a estruturação e organização de projetos.

1- ELABORAÇÃO PE PROJETOS:

Dentro de uma perspectiva de planejamento participativo, é de fundamental importância a fase de elaboração do projeto. Este deverá conter os seguintes itens:

1.1-Quanto ao conteúdo

- Justificativa- na qual, também deverão constar os indicadores de integração interna e externa, que permitam dimensionar os impactos das ações planejadas, ou não, e evidenciar o apoio institucional dos segmentos participantes.

- Base teórica - descrição dos princípios teóricos que fundamentam o projeto.

- Objetivos- delineamento sucinto e claro dos fins que se pretende alcançar com a operacionalização do projeto.

- Metas - ações a serem realizadas. Cuidar para que todas as instâncias de gestão conheçam, suficientemente, os objetivos e as estratégias de implementação das atividades.

- Previsão dos recursos humanos - valer-se do pessoal técnico da IES e do Sistema, para assegurar a professores e alunos o apoio indispensável ao êxito das atividades, considerando que a partir do ano de 1989 o Programa só financiará projetos cujas ações estejam absorvidas por disciplinas ou cursos, no âmbito da IES.

- ^Previsão de recursos financeiros - deverão ser especificadas as rubricas a que se destinam os recursos através de um plano de aplicação, o qual incluirá também contrapartida da IES, do Sistema Estadual e/ou Municipal de Educação ou de outros organismos.

- Avaliação - explicitar procedimentos de acompanhamento e avaliação, em consonância com aqueles propostos pelo Programa, os quais orientem não apenas os autores dos projetos, mas também, ofereçam informações às diversas instâncias gestoras sobre o desenvolvimento e os resultados dos projetos para, democraticamente, se alcançar o melhor aproveitamento do trabalho em questão.

Quanto a Identificação

- Nome da IES:
- Nome do Projeto:

Reitor/Presidente/Diretor

Endereço: (Rua-Bairro-CEP-Cidade-Telefone)

Pró-Reitoria/Sub-Reitoria (a que se vincula o projeto)

Endereço: (Rua-Bairro-CEP-Cidade-Telefone)

Faculdade/Centro(a que se vincula o projeto)

Diretor:

Endereço: (Rua - Bairro- CEP- Cidade-Telefone)

Departamento(a que se vincula o projeto)

Chefe:

Endereço: (Rua- Bairro- CEP- Cidade-Telefone)

Coordenador do Projeto: (Nome)

Endereço de Trabalho:

(Rua- Bairro- CEP- Cidade- Telefone)

Residência: (Rua- Bairro-CEP- Cidade-Telefone ,etc)

Secretário Estadual de Educação

Endereço: (Rua- Bairro-CEP-Cidade-Telefone)

Secretário Municipal de Educação:(do Município onde se desenvolve o projeto)

Endereço de Trabalho : (Rua-Bairro-CEP-Cidade - Telefone)

3. - Quanto as rubricas nas quais os recursos solicitados ao MEC deverão se enquadrar:

- 3.1.2.0- Material de Consumo: despesas com lubrificantes e combustíveis; impressos; artigos de expediente; material para fotografia, filmagem; gravação; produtos químicos; artigos de uso em laboratório; artigos para esportes e outros materiais de consumo.
- 3.1.3.1- Remuneração de Serviços Pessoais: remuneração de serviços de natureza eventual prestado por pessoa física, sem vínculo empregatício; inclui a prestação de serviços para estudantes, na condição de estagiários ou monitores;
- 3.1.3.2- Outros Serviços e Encargos: assinatura de periódicos; passagens aéreas, terrestres, marítimas e fluviais; serviços de comunicação em geral; serviços de divulgação, impressão, encadernação; fornecimento de alimentação; serviço de seleção e orientação profissional (treinamento e acompanhamento); despesas miúdas de pronto pagamento; diplomas e certificados; despesas de viagem de alimentação e de hospedagem de visitante, quando oficialmente convidado para prestar serviços ao órgão, desde que inexistam outras vantagens; exposições, congressos e conferências.

4. Quanto ao encaminhamento dos projetos:

- deverão ser encaminhados , em três vias, juntamente com o ofício da Universidade e documento comprobatório da Secretaria de Educação Estadual e/ou Municipal, que expresse a participação conjunta dessas Insituições na elaboração e execução dos projetos;
- os projetos que terão continuidade deverão ser encaminhados, concomitantemente, com o Relatório Final o qual fornecerá subsídios à análise a ser efetuada com relação ao novo projeto;
- deverá ser enviado ao seguinte endereço:

Setor de Apoio à Educação Básica
Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Superior .
Ministério da Educação
Esplanada dos Minsitérios -Bloco L
Anexo 11-2º Andar - Sala 222
70.047 - BRASÍLIA - DF

5. Cronograma

- . Período de recebimento de relatório e projeto na SESu: de 1º de dezembro /88 a 30 de janeiro/89;
- . Período de análise dos projetos na SESu: de 24 a 28 de fevereiro/89;
- . Período de execução dos projetos: de março a dezembro de 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)